

PROGRAMA TITULA BRASIL

PLANO DE TRABALHO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ACT ENTRE O INCRA E A PREFEITURA DE XAPURI. (SEM REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO)

1 DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPLE 1:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional do Acre.

CNPJ: 00.375.972/0017-28

Endereço: Rua Santa Inês, 135, Bairro Aviário, CEP: 69.907-330

Cidade: Rio Branco, Estado: Acre, DDD/Fone: (68) 3214-3013

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: Sergio Antônio Pereira Bayum

CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED], Órgão expedidor: SSP/AC

Cargo/função: Superintendente Regional

Endereço: [REDACTED] Bairro Bosque, CEP: 69.900-520

Cidade: Rio Branco, Estado: Acre

PARTÍCIPLE 2:

Prefeitura Municipal de Xapuri

CNPJ: 04.018.560/0001-24

Endereço: Rua Coronel Brandão, S/N

Cidade: Xapuri, Estado: Acre, CEP: 69.930-000

DDD/Fone: (68) [REDACTED]

Esfera Administrativa: Municipal

Nome do responsável: FRANCISCO UBIRACY MACHADO VASCONCELOS

CPF: [REDACTED] RG: [REDACTED], Órgão expedidor: SSP/AC

Cargo/função: Prefeito

Endereço: [REDACTED] Cidade: Xapuri, Estado: Acre

CEP: 69.930-000

Coordenador do NMRF: José Maria Barbosa de Aquino, CPF: [REDACTED] Formação:
Ensino Médio.

Coordenador substituto do NMRF: José Cicio Evangelista, CPF: [REDACTED] Formação:
Ensino Médio.

2 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: PROGRAMA TITULA BRASIL
PROCESSO nº: 54000.070203/2021-25
Data da assinatura: 02/08/2021
Início (mês/ano): 01/09/2021
Término (mês/ano): 01/08/2026

O presente Plano de Trabalho tem por objeto, em regime de mútua colaboração, a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou do Incra para a promoção e execução das políticas públicas de regularização fundiária e reforma agrária.

3 DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

No âmbito da regularização fundiária, o território brasileiro tem uma quantidade significativa de posses rurais passíveis de regularização nos termos da Lei 11.952, de 2009.

A ausência de regularização fundiária provoca insegurança jurídica aos ocupantes desses imóveis e inviabiliza o acesso às políticas públicas de crédito e de assistência técnica direcionadas ao produtor rural.

Conforme "Plano de Ação, para Regularização Fundiária dos imóveis georreferenciados e localizados em glebas aptas na Amazônia Legal - DF/DFR/2020" (SEI Incra 6533059 do Processo 54000.057961/2020-77), existem 109.153 imóveis rurais georreferenciados que aguardam a conclusão dos seus processos de regularização. Além destes, há estimativa de cerca de 160 mil ocupações rurais em glebas federais na Amazônia Legal sem georreferenciamento e cuja imensa maioria dos ocupantes sequer foram identificados pela Autarquia, o que demandará atuação ativa do Incra e parceiros para identificá-los e regularizá-los.

Situação semelhante ocorre em relação aos imóveis localizados nas áreas remanescentes de projetos de colonização nas demais regiões do País. Estima-se que existam cerca de 30 mil parcelas em situação irregular a serem tituladas e cerca de 150 mil parcelas tituladas que demandam análise quanto ao cumprimento das condições contratuais dos títulos.

Uma segunda demanda é caracterizada pela falta de titulação nos projetos de assentamentos rurais do Incra, conforme determina o art. 18 da Lei 8.629, de 1993. Muitos agricultores provenientes Programa Nacional de Reforma Agrária não possuem sequer o Contrato de Concessão de Uso - CCU, muito menos o Título de Domínio de sua parcela, o que também traz como consequência insegurança jurídica e dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento e financiamento de atividades produtivas, sem contar os impactos quanto a direitos sucessórios.

Dos 7.656 Projetos de Assentamentos estabelecidos pelo Incra, existem, atualmente, 400 mil assentados sem Contrato de Concessão de Uso - CCU, 600 mil beneficiários potenciais recebedores do Título de Domínio, mais de 250 mil assentados bloqueados em função de diligências oriundas de Acórdãos do TCU e ocupações de parcelas em projetos

de assentamento não autorizadas pelo Incra, entre outras demandas que necessitam de tratamento.

Tais questões impactam na qualidade de vida das famílias beneficiárias dos Programas do Incra, dificultam o acesso às políticas públicas de apoio e a mercados, repercutem no desenvolvimento da economia local, favorecem a ocorrência de crimes ambientais e de violência no campo e aumentam a probabilidade de evasão dos agricultores das glebas e dos projetos de assentamento.

Assim, o Incra, cuja a missão principal é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se valer de estratégias e medidas que possam ampliar a sua capacidade operacional no cumprimento de sua missão.

O Acre possui 158 projetos de reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA, que ocupam uma área aproximada de 6 milhões de hectares, o que equivale a 1/3 do território do Estado e tem capacidade para abrigar cerca de 34.000 famílias, o que representa aproximadamente 70% dos agricultores familiares do Estado.

No Município de Xapuri, há 10 (dez) Projetos de Assentamento, sendo 05 (cinco) criados e 05 (cinco) reconhecidos pelo INCRA, que possuem capacidade de assentamento de 1.079 famílias. Além disso, podem ser iniciados processos de diagnóstico e identificação de áreas devolutas, que podem ser destinadas para criação de novos assentamentos, regularização fundiária, unidades de conservação, entre outros.

Nesse sentido, firmar parcerias com a Prefeitura Municipal, por meio de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, demonstra ser um instrumento viável de apoio à Instituição, uma vez que o ACT propiciará que os entes parceiros unam esforços e realizem ações em conjunto, visando contemplar os beneficiários da reforma agrária e os ocupantes de áreas federais passíveis de serem atendidos com regularização fundiária e titulação.

Diante do exposto, a partir de tais iniciativas, espera-se melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiárias das políticas públicas executadas Incra, por meio da regularização e titulação da terra que ocupa, entre outras ações elencadas neste Plano de Trabalho.

4 ABRANGÊNCIA

O Plano de Trabalho tem em sua abrangência no Município de Xapuri, em especial nas áreas dos projetos de reforma agrária e terras públicas federais sob domínio da União ou do Incra, descremadas na Tabelas 1. Terá como público-alvo os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e os ocupantes de terras públicas federais, das áreas a serem trabalhadas, e contemplará a prestação de serviços públicos de regularização fundiária e de titulação no Município, entre outras ações previstas neste Plano de Trabalho.

Tabela 1. Projetos de Assentamento contemplados com regularização e titulação, entre outras ações.

Código Sipra	Projeto de Assentamento	Área (ha)	Cap. famílias	Famílias tituladas
AC0016000	PAE CHICO MENDES	24.243,1038	88	-
AC0070000	PA TUPÁ	6.134,5260	146	-
AC0071000	PAE EQUADOR	7.840,5096	36	-
AC0085000	PE POLO AGROF. XAPURI I	342,4940	31	-
AC0086000	PE POLO AGROF. XAPURI II	226,6571	35	-
AC0095000	RESEX RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	51.386,3084	500	-
AC0130000	PDS POLO RECANTO DO EQUADOR	2.000,0000	67	-
AC0141000	PDS FLORESTA	6.360,2372	125	-
AC0142000	PCA POLO AGRO-HORTIFRUTI-GRANJEIRO UNIÃO	63,4425	26	-
AC0143000	PCA POLO AGRO-HORTIFRUTI-GRANJEIRO SIBÉRIA	100,0000	25	-
TOTAL		98.697,2786	1.079	-

5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS:

5.1 Objetivo Geral

Ampliar a regularização e a titulação nos projetos de reforma agrária do Incra e/ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária, sob domínio da União ou do Incra.

5.2 Objetivos Específicos

Expandir a capacidade operacional da política pública de regularização fundiária e de titulação;

Agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade aos procedimentos de regularização fundiária e titulação;

Reducir o acervo de processos de regularização fundiária e titulação pendentes de análise;

Auxiliar na supervisão de beneficiários e ocupantes em projetos de assentamento;

Apoiar a identificação de vazios fundiários, levantamento de ocupantes e arrecadação de terras públicas federais;

Auxiliar na aplicação de crédito instalação;

Desenvolver outras ações relacionadas à Reforma Agrária e à Governança Fundiária;

Repassar ao Município, preferencialmente por meio de doação, duas casas de farinha construídas pelo Incra, através da Ação Terra Sol, no PDS Pólo Recanto do Equador e no PA Tupá, contemplando as obras e instalações e os equipamentos disponibilizados; e,

Fomentar boas práticas no federalismo cooperativo com os municípios.

6 METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A metodologia está vinculada ao Manual de Planejamento, Procedimentos e Fiscalização inerente à execução dos trabalhos dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF que foram regulamentados pela Instrução Normativa nº 105, de 29 de janeiro de 2021, bem como aos regramentos específicos para as demais ações a serem desenvolvidas, atendendo, desta forma, toda legislação aplicável às ações contempladas neste Plano de Trabalho.

7 UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Por parte do INCRA, a unidade responsável será a Superintendência Regional do Acre, tendo como gestor o Superintendente Regional, supra identificado, por meio da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, da Divisão de Governança Fundiária Divisão Operacional, da Unidade Avançada do Alto Juruá e da Procuradoria Federal Especializada – PFE.

Por parte da Prefeitura, o gestor será o Prefeito, representado, sempre que possível, pelo coordenador ou pelo coordenador substituto do NMRF, todos acima identificados, para execução das ações previstas neste Plano de Trabalho.

8 RESULTADOS ESPERADOS

Por meios das ações a serem executadas espera-se atuar em conjunto dentro e fora de projetos de assentamentos, com ações direcionadas à regularização e à titulação, bem como o atendimento de demandas dos interessados, como certidões, declarações, etc., entre outras demandas relacionadas à Reforma Agrária e à Governança Fundiária, visando atender aos objetivos do presente ACT. Os principais resultados esperados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Resultados esperados mediante à realização das ações planejadas no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Incra e a Prefeitura.

Eixo	Ação	Resultado esperado
1	Regularização fundiária e titulação das áreas rurais sob domínio da União ou do Incra	Apoio às ações nas Terras Públicas Federais
		Estudo dos "vazios fundiários" ou terras devolutas
		Instalação da Unidade Municipal de Cadastro – UMC
3	Regularização fundiária e titulação em Projetos de Assentamento	Supervisão ocupacional em PA
		Regularização de ocupantes em PA
		Atualização cadastral de Beneficiários em PA
		Apoio à realização de Georreferenciamento em PA
		Titulação de Beneficiários em PA
4	Outras ações relacionadas à reforma agrária e à governança fundiária	Atividades relacionadas à temática ambiental, tais como encontros, palestras, oficinas, etc.
		Atualização/elaboração de Planos de Uso para adesão ao PRA
		Cadastramento residual no CAR de beneficiários aptos que ainda não o realizaram
		Aplicação de crédito instalação
		Doação de casas de farinha construídas pelo Incra, através da Ação Terra Sol, com o devido recebimento pela Prefeitura

9 PLANO DE AÇÃO

O planejamento das ações e atividades necessárias ao atingimento dos resultados esperados neste Plano de Trabalho, parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, é apresentado na Tabela 3. As ações estão subdivididas em eixos, seguindo uma sequencia lógica para sua execução, incluindo a indicação dos principais responsáveis pela execução das tarefas por parte da Prefeitura, bem como os servidores referências disponíveis para orientação por parte do Incra. Para a execução das ações e atividades previstas neste Plano de Trabalho, os participes poderão ceder ou disponibilizar um para o outro, sempre que possível, materiais de escritório, equipamentos, computadores, veículos, barcos, entre outros itens necessários à plena execução das atividades.

Tabela 3. Planejamento das ações e das atividades necessárias ao atingimento dos resultados esperados no Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Incra e a Prefeitura.

Eixos	Ação	Servidores referência para orientação por parte do INCRA	Servidores responsáveis pela execução das ações por parte da Prefeitura	Início	Término
1 Ações comuns ao NMRF	Estruturação do NMRF	-	José Maria Barbosa de Aquino José Cicio Evangelista	02/08/21	30/09/21
	Planejamento geral do NMRF	-		02/08/21	30/09/21
	Atendimento do NMRF	-		01/09/21	01/08/26
	Capacitação para supervisão ocupacional, regularização e titulação em projetos de assentamento	Marcio Rodrigo Alecio Hildebrando Veras de Meneses Sobrinho Valdemir Manaitá Pinheiro		02/08/21	30/09/21
	Capacitação para identificação de terras devolutas e seus ocupantes, arrecadação, regularização, titulação e destinação de terras públicas federais	Elson Chaves Vieira Pedro Gomes de Oliveira Junior Valdemir Manaitá Pinheiro		02/08/21	30/09/21

		Capacitação para implantação da Unidade Municipal de Cadastro – UMC	Elson Chaves Vieira Pedro Gomes de Oliveira Junior		02/09/2021	30/11/21
2	Regularização fundiária e titulação das áreas rurais sob domínio da União ou do Incra	Apoio às ações de diagnóstico, arrecadação, levantamento ocupacional, regularização, titulação e destinação das Terras Públicas Federais	Elson Chaves Vieira Pedro Gomes de Oliveira Junior Valdemir Manaitá Pinheiro	José Maria Barbosa de Aquino José Cicio Evangelista	01/09/21	01/08/26
		Georreferenciamento de ocupações, conforme previsto em norma específica			01/09/21	01/08/26
		Coletar e processamento de requerimentos e de documentos cartorários			01/09/21	01/08/26
		Cadastro no sistema SIGEF Titulação			01/09/21	01/08/26
		Pesquisas em sistemas			01/09/21	01/08/26
		Pesquisa e inclusão da parcela no SNCR, entre outras ações.			01/09/21	01/08/26
		Instalação da Unidade Municipal de Cadastro – UMC			01/09/21	01/08/26
3	Regularização fundiária e titulação em Projetos de Assentamento	Supervisão ocupacional em PA, visando regularização, titulação e outras ações do PNRA	Hildebrando Veras de Meneses Sobrinho Marcio Rodrigo Alecio Valdemir Manaitá Pinheiro	José Maria Barbosa de Aquino José Cicio Evangelista	01/09/21	01/08/26
		Regularização de ocupantes, incluindo coleta e recepção de documentos, escaneamento e instrução processual, entre outros			01/09/21	01/08/26
		Regularização de Beneficiários em PA, incluindo coleta e recepção de			01/09/21	01/08/26

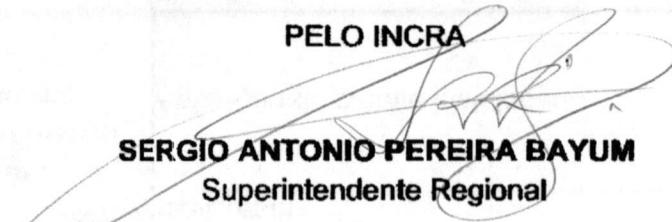
	documentos, escaneamento e instrução processual, entre outros				
	Titulação em Projetos de Assentamento, incluindo a coleta de documentos, entre outros.			01/09/21	01/08/26
	Entrega de documentos, entre outras ações.			01/09/21	01/08/26
	Apoio à realização de georreferenciamento em PA, incluindo o acompanhamento de serviços contratados pelo Incra ou pelos beneficiários, execução direta e/ou indireta, entre outros.			01/09/21	01/08/26
4	Atividades relacionadas à temática ambiental, tais como encontros, palestras, oficinas, etc.	Luiz Gustavo Perrut Pedrosa Suzirene do Nascimento Valdemir Manaitá Pinheiro	José Maria Barbosa de Aquino José Cicio Evangelista	01/09/21	01/08/26
	Atualização/elaboração de Planos de Uso para adesão ao PRA.				
	Cadastramento residual no CAR de beneficiários aptos que ainda não o realizaram				
	Aplicação de crédito instalação	Moisés Barros de Medeiros Valdemir Manaitá Pinheiro	José Maria Barbosa de Aquino José Cicio Evangelista	01/09/21	01/08/26
	Doação de casas de farinha construídas pelo Incra, através da Ação Terra Sol, com o devido recebimento pela Prefeitura	Márcio Rodrigo Alecio Valdemir Manaitá Pinheiro	José Maria Barbosa de Aquino	01/09/21	31/12/22

José Cicio
Evangelista

Rio Branco/AC, 02 de agosto de 2021.

PELA PREFEITURA DE XAPURI

FRANCISCO UBIRACY MACHADO VASCONCELOS
Prefeito Municipal

PELO INCRA

SÉRGIO ANTONIO PEREIRA BAYUM
Superintendente Regional

HILDEBRANDO VERAS DE MENESSES SOBRINHO
Chefe da SR(14)AC-D

ELSON CHAVES VIEIRA
Chefe da SR(14)AC-F

MÁRCIO RODRIGO ALECI
PEDRO GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR
Coordenadores do Programa Titula Brasil

MOISÉS BARROS DE MEDEIROS
Chefe do Serviço de Infraestrutura

LEIDE AQUINO
Secretária de Agricultura

JOSÉ MARIA BARBOSA DE AQUINO
Coordenador substituto do NMRF

Testemunha 1 _____

Nome: _____ CPF: _____

Testemunha 2 _____

Nome: _____ CPF: _____